Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDEF – BIÊNIO 2024 e 2025

31 de março de 2025

No dia trinta e um de março de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, na modalidade online, por meio da plataforma Google Meet, realizou-se a **11ª Reunião Ordinária do Colegiado Biênio 2024-2025**, deste Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDEF/CE. A Reunião Ordinária do Pleno foi regida pela Presidente, Mariana Oliveira, que inicia sua fala cumprimentando a todos, e logo após solicita a Secretária Executiva do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa com Deficiência Mara Denise Aguiar para verificação do quórum. Constatam: **CONSELHEIROS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS TITULARES**: Mariana Oliveira do Rêgo, representante da Secretaria das Cidades (SCIDADES); Ilana Carlos Ferro Castro, representante da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado do Ceará (SAP); Juliana Donato Nóbrega, representante da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA); Regina Helena Tahim Souza Neiva, representante da Secretaria de Proteção social e **Astrogildo Lustosa Palhano**, representante da Secretaria de Esporte. **CONSELHEIROS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS TITULARES**: Geovânio Ferreira da Silva, representante do Segmento da Deficiência Visual, pela Associação dos Cegos do Estado do Ceará (ACEC); Lailson de Oliveira Almeida, representante da Federação de Desportos de Surdos do Ceará (FDSC); Patrícia Régia Oliveira de Araújo, representante pela Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves (AMCTN) e Máriton Miroslav de Queiroz Maia, representante pela Associação de Ostomizados do Estado do Ceará (AOECE). **CONSELHEIROS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS SUPLENTE**S: Maria Cristina Mendes Leal Marques, representante da Fundação Projeto Diferente; Antônia Rosimair Cavalcante de Oliveira, representante dos ostomizados e Henrique Samuel Oliveira Gurgel,

representante da Associação cearense do esporte adaptado. **COLABORADORES: Mara Denise Aguiar**, secretária-executiva do CEDEF; Ryan e Ana Carolina Pinheiro, intérpretes de libras da TISLP/COEPD. A presidente do CEDEF, **Mariana Oliveira**, fez a leitura dos pontos de pauta, que são: **1.** Aprovação das Ata 10ª Reunião Ordinária que ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025; **2.** Articulação para interiorização dos Conselhos; **3.** Desrespeito à reserva de vaga para pessoas com deficiência na Beira-Mar de Fortaleza; **4.** Debate sobre possível impacto de novas resoluções da ANAC nas viagens aéreas das pessoas com deficiência e **5.** Informes gerais. A presidente Mariana Oliveira, abriu a reunião com a apreciação da ata da 10ª Reunião Ordinária pelo colegiado. A conselheira **Juliana Donato** apresentou duas observações a serem incorporadas à Ata da 10ª Reunião Ordinária. A primeira refere-se à proposta de elaboração de um projeto voltado à publicização do CEDEF. A segunda sugere que a iniciativa de tornar os canais de comunicação mais inclusivos seja considerada como modelo a ser seguido pelos conselhos municipais. Em relação à segunda pauta, **Mariana e Mara** apresentaram a atualização sobre as visitas aos municípios, que serão realizadas ao longo do primeiro semestre, conforme as solicitações recebidas. A prioridade será dada aos municípios interessados na criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Na ocasião, a presidente mencionou que o CEDEF já está recebendo demandas de municípios interessados em criar seus próprios conselhos e destacou que materiais informativos, com orientações para essa implementação, estão sendo encaminhados a esses municípios. Além disso, a secretária-executiva compartilhou no grupo de WhatsApp a agenda de viagens programadas a serem realizadas pelo CEDEF até o mês de maio. A Presidente **Mariana** apresentou terceira pauta levantada pelo conselheiro **Mariton**, sobre Desrespeito à reserva de vaga para pessoas com deficiência na Beira-Mar de Fortaleza. Mariana reforçou que beira-mar se tornou uma área de lazer, prática de esportiva e desporto na cidade, que é perenemente lotado, devido muitos atrativos. Isso traz alguns impactos, inclusive na garantia dos direitos da pessoa com deficiência, como as vagas reservadas para PCD, sendo ocupados indevidamente por transeuntes que no momento não necessitam da acessibilidade, e não colocam nos seus veículos estacionados as

placas de identificação PCD. A presidente sugeriu oficializar a AMC para dialogar junto ao órgão como estão acontecendo as fiscalizações e solicitar a efetividade no reforço nas fiscalizações nos bolsões de estacionamento na orla da beira-mar. O conselheiro Mariton, compartilhou com os conselheiros a experiência de vivenciar um momento na orla da beira-mar em um domingo, que presenciou um casal relativamente jovens (idade um pouco mais de trinta anos), que estacionou numa área reservada para idosos. Que de imediato ligou no 190, a fim de registrar a denúncia e solicitar a Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), da situação que informaram que mandariam uma patrulha para averiguar a situação. municipais quanto ao acesso à participação nas reuniões do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará, sugeriu alguns pontos relacionados à divulgação das ações do CEDEF, tais como: publicação das atas das reuniões, bem como das deliberações e encaminhamentos no site da SEDIH; transmissão das reuniões virtuais pela plataforma YouTube, considerando o custo zero para transmissões ao vivo; solicitação à SEDIH de um espaço no site para hospedagem das atas, com o objetivo de disponibilizá-las para consultas e acesso aos conselhos municipais do Estado. Além disso, foi sugerida a criação de uma agenda mensal com as principais ações do conselho, documentos normativos, contatos dos conselhos municipais ativos e informações sobre serviços destinados às pessoas com deficiência, incluindo contatos e endereços de fácil acesso. A secretária-executiva, Mara, propôs que os conselheiros elaborassem um projeto abrangendo todos os aspectos importantes para a publicidade do CEDEF, a ser apresentado à secretária dos Direitos Humanos, Socorro França. A conselheira Juliana, por sua vez, sugeriu a inclusão de orientações para a criação de conselhos municipais voltados às pessoas com deficiência. A Presidente adicionou a ideia de produzir vídeos curtos, com auxílio de intérpretes, para oferecer interpretação simultânea. A conselheira Rayane reforçou a relevância de estabelecer canais adicionais de informação, tanto para a população geral quanto para pessoas com deficiência, que enfrentam dificuldades de acesso à informação e espaços de expressão. Juliana também trouxe à discussão o acesso inclusivo às plataformas digitais do Governo do Ceará, citando a dificuldade na acessibilidade para pessoas com deficiência visual. O

conselheiro Geovane relatou dificuldades no uso de sites institucionais, devido à ausência de recursos adaptativos, e destacou que há legislação federal que garante a acessibilidade dos sites para todos os públicos. A conselheira Juliana propôs estabelecer articulação com a ASCOM da Casa Civil para discutir e elaborar propostas relacionadas à acessibilidade nos sites do governo estadual, garantindo que sejam totalmente acessíveis às pessoas com deficiência, independentemente de suas necessidades específicas. Além disso, sugeriu encaminhar à SEDIH um projeto voltado para a publicização das atividades e ações do CEDEF, de forma a disponibilizar informações relevantes no site da secretaria. Essa iniciativa incluiria desde a publicação das atas das reuniões até a divulgação de deliberações, encaminhamentos e outros materiais importantes, tornando o trabalho do CEDEF mais transparente e acessível. Complementando, a conselheira Juliana destacou que a proposta de tornar os canais de comunicação mais inclusivos poderia servir como modelo para os conselhos municipais. Assim, cada município poderia adaptar e implementar práticas semelhantes, promovendo acessibilidade e inclusão em seus próprios canais de comunicação e nas interações com a população local. Como estratégia de difusão do conselho e da acessibilidade, a Presidente Mariana sugeriu exibir vídeos curtos sobre o trabalho do CEDEF e os canais de acessibilidade no início de eventos oficiais do Governo do Estado. O conselheiro Geovânio reforçou a importância de divulgar os direitos e avanços da Política da Pessoa com Deficiência, aumentando a visibilidade da luta pela inclusão. Juliana ainda propôs ao colegiado a criação de um Projeto de Acessibilidade, Comunicação e Informação, visando ampliar o impacto da publicidade da Política da Pessoa com Deficiência. Durante visitas aos municípios de Paraipaba e São Gonçalo do Amarante, a Presidente apresentou algumas demandas e experiências locais, como o projeto Sine Maré, que promove sessões de cinema gratuitas na praça pública, e a feirinha organizada pela associação das PCD, que vende artesanato e alimentos para apoiar famílias atípicas. A associação solicitou o apoio do CEDEF na articulação com a SECULT para proporcionar um evento no Cineteatro São Luiz, onde poderiam conhecer o espaço cultural e assistir a um filme em cartaz. O representante da associação também solicitou resposta ao ofício enviado em outubro de 2024, referente ao projeto Praia

Acessível no município. A secretária-executiva informou que havia dialogado com o coordenador Lucas (COEPD), o qual identificou o processo referente à solicitação e comunicou que a estação responsável pelo atendimento será a do município de Paracuru. Além disso, ele se comprometeu a fornecer um retorno ao conselho. O conselheiro Geovânio observou que, para o sucesso do projeto Praia Acessível, os profissionais locais deveriam ser treinados para a execução das atividades, de modo que cada município pudesse manter o projeto funcionando regularmente, ampliando o acesso às pessoas com deficiência. O conselheiro Mairton sugeriu parcerias com o setor privado, como balneários, resorts e barracas de praia, para expandir o projeto. A Presidente Mariana se comprometeu a estabelecer diálogo com associações de barracas de praia para tratar do assunto. Sobre o município de São Gonçalo do Amarante, a Presidente Mariana mencionou a carência de oportunidades de emprego para PCD devido à baixa qualificação profissional, o que faz com que as vagas no Complexo do Pecém sejam preenchidas por trabalhadores de Fortaleza. Para mitigar esse problema, foram propostas estratégias como diálogo com o SINE-IDT, cuja agenda de cursos para 2025 já está definida, e com a Casa de Cultura de Idiomas da UFC para viabilizar cursos de línguas na modalidade remota. Também foi sugerida articulação com o sistema SESC, SENAC e SEBRAE, visando atender mães atípicas que têm dificuldades em se dedicar à capacitação presencial. A conselheira Rayane destacou a demanda pelo Caminhão do Cidadão para emissão de documentos, e a secretária-executiva esclareceu que a solicitação deve ser feita diretamente pelo município à Secretaria de Proteção Social (SPS). A conselheira Ilana compartilhou sua experiência no Sistema Prisional do Ceará, onde atua como diretora da Unidade Prisional de Aquiraz. Ela destacou que o sistema prisional desempenha tanto um papel punitivo quanto ressocializador. Nesse contexto, Ilana apresentou o projeto "Assegurando a Acessibilidade", que possibilita a inclusão de pessoas com deficiência (baixa visão, cegueira, surdez) e de pessoas não alfabetizadas no programa de remissão de pena por leitura. Por meio do projeto, os internos têm a oportunidade de ler um livro por mês e, caso obtenham nota superior a seis em uma avaliação, recebem a redução de quatro dias em sua pena. Durante o desenvolvimento

dessa iniciativa, foi identificado um professor em cumprimento de pena que realiza as leituras para o público específico, assim como um outro interno que possui conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e auxilia na comunicação com pessoas surdas. A conselheira reiterou a importância da realização de um curso de Libras para todos os membros do conselho, a fim de promover a acessibilidade e fornecer suporte adequado em todos os espaços de atuação de cada integrante.

A presidente do CEDEF, Mariana Oliveira, concluiu a reunião agradecendo a participação de todos e desejando boa sorte. Eu, Mara Denise Aguiar, secretária-executiva, _____ lavrei e assinei a presente Ata.

Informes geral e Encaminhamentos da Reunião do CEDEF

- **Próxima Reunião:** A próxima reunião do CEDEF será no dia 31 de março de 2025 na modalidade REMOTA.
- **Publicidade das Ações do CEDEF:**
 - Publicação das atas das reuniões, deliberações e encaminhamentos no site da SEDIH.
 - Transmissão das reuniões virtuais pelo YouTube, devido ao custo zero.
 - Criação de uma agenda mensal com ações do conselho, documentos normativos, contatos dos conselhos municipais ativos e serviços disponíveis às pessoas com deficiência.
- **Inclusão e Acessibilidade Digital:**
 - Encaminhamentos:
 - Proposta de articulação com a **ASCOM** da Casa Civil para garantir a acessibilidade dos sites do governo estadual.
 - Projeto de divulgação das ações do CEDEF com maior transparência e inclusão.

Conselho Estadual dos Direitos da
Pessoa com Deficiência do Ceará

- Modelo de canais de comunicação acessíveis, a ser replicado em conselhos municipais.

- **Libras e Acessibilidade:**

Encaminhamento:

- Realização de curso de Libras para conselheiros do CEDEF e ampliação para outros municípios. Contactar o **Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (Creace)**.

Conselho Estadual dos Direitos da
Pessoa com Deficiência do Ceará

Mariana Oliveira do Rêgo

Presidente do CEDEF

Representante da Secretaria das Cidades (SCIDADES)

Ilana Carlos Ferro Castro

Representante da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado
do Ceará (SAP)

Juliana Donato Nóbrega

Representante da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA)

Rayane Cosme Magalhães

Representando o Segmento da Deficiência Física), pela Associação D'Eficiência
Superando Limites (ADESUL)

Patrícia Régia Oliveira de Araújo

Conselho Estadual dos Direitos da
Pessoa com Deficiência do Ceará

Representante pela Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves (AMCTN)

Geovânio Ferreira da Silva

Representando o Segmento da Deficiência Visual pela Associação dos Cegos do Estado do Ceará (ACEC)

Máriton Miroslav de Queiroz Maia

Representante pela Associação de Ostomizados do Estado do Ceará (AOECE)

Lailson de Oliveira Almeida

Representante da Federação de Desportos de Surdos do Ceará (FDSC)